
Sanema - Saneamento de Maceió Ltda.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Sanema - Saneamento de Maceió Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sanema - Saneamento de Maceió Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanema - Saneamento de Maceió Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas nem por nós nem por outros auditores independentes.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não



Sanema - Saneamento de Maceió Ltda.

ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Sanema - Saneamento de Maceió Ltda.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 20 de maio de 2019

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads 'Adriano Machado'.

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIO LTDA

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2018	31/12/2017 (não auditado)	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2018	31/12/2017 (não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3	13	Fornecedores	6	1.186	139
Duplicatas a receber		2	-	Pessoal e encargos a pagar	7	98	248
Adiantamentos		5	6	Encargos tributários a pagar	8	158	194
Outros ativos circulantes	4	725	-	Impostos e contribuições parcelados	9	107	43
				Empréstimos de terceiros	10	607	-
Total do circulante		735	19	Total do circulante		2.156	624
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Ativo financeiro	5	13.558	7.000	Impostos e contribuições parcelados	9	258	103
Imobilizado		6	2	Partes relacionadas	11	2.810	2.206
				Impostos diferidos	8	1.970	1.017
Total do não circulante		13.564	7.002	Total do passivo não circulante		5.038	3.326
				Patrimônio líquido			
				Capital social	12.1	6.059	2.173
				Reservas		1.046	898
				Total do patrimônio líquido		7.105	3.071
Total do ativo		14.299	7.021	Total do passivo e patrimônio líquido		14.299	7.021

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIO LTDA

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017 (não auditado)
Receita operacional líquida	13	6.318	6.744
Custos dos serviços prestados	14	(3.308)	(1.940)
Lucro bruto		3.010	4.804
Receitas (despesas) operacionais		(2.083)	(759)
Despesas gerais e administrativas	15	(2.073)	(754)
Outras receitas (despesas) operacionais		(10)	(5)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		927	4.045
Resultado financeiro		(65)	(12)
Despesas Financeiras		(65)	(12)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		862	4.033
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	(714)	(762)
Lucro líquido do exercício		148	3.271

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIO LTDA

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017 (nao auditado)
Lucro líquido do exercício	148	3.271
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	148	3.271

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIO LTDA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017 (não auditado)	2.173	-	(2.373)	(200)
Lucro líquido do exercício	-	-	3.271	3.271
Constituição de reserva de lucros	-	898	(898)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	2.173	898	-	3.071
Integralização de capital social	3.886	-	-	3.886
Lucro líquido do exercício	-	-	148	148
Constituição de reserva de lucros	-	148	(148)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.059	1.046	-	7.105

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIO LTDA

Demonstrações de fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	148	3.271
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício		
Juros apropriados sobre parcelamentos	15	12
Juros e atualização do ativo financeiro	(1.170)	(76)
Impostos diferidos	953	1.017
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas à receber	(2)	-
Demais contas a receber e adiantamentos	(724)	(5)
Ativos financeiros	(5.387)	(6.346)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	1.047	(12)
Encargos tributários a pagar	(36)	122
Salários e encargos sociais a pagar	(150)	91
Impostos e contribuições parcelados	205	11
Demais contas a pagar	606	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.495)	(1.915)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(5)	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5)	(2)
Terceiros		
Integralização de capital	3.886	-
Acionistas		
Recebimentos de partes relacionadas	604	1.887
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento	4.490	1.887
Redução nos saldos de caixa	(10)	(30)
Caixa e equivalente de caixa		
Composição do caixa inicial	13	43
Composição do caixa final	3	13

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIO LTDA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIÓ LTDA. (“Sanema” ou “Empresa”) é uma sociedade limitada, com sede em Maceió - AL, constituída em 12 de dezembro de 2013, tem por objeto social a locação de bens imóveis e equipamentos componentes do Sistema de Esgotamento Sanitário composto por Estação de Tratamento de Esgoto, Interceptores, Estações Elevatórias de Esgotos, Linhas de Recalque e Redes Coletoras de Esgoto em área correspondente aos setores 15, 16, 17 e 18 - Zona Alta da Cidade de Maceió - Estado de Alagoas.

A Sanema detém contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceió-AL com a CASAL Empresa de Saneamento de Alagoas (“Contrato de Locação de Ativos”). O contrato terá duração de 32 anos com entrega da infraestrutura entre 2 a 3 anos a partir do aditivo de contrato em outubro/2017 e consequente locação dos bens à CASAL por 30 anos.

A Administração da Empresa aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 3 de maio de 2019.

1.1. Planos da Administração

Pela natureza do Contrato de Locação de Ativos, no qual a Sanema tem obrigação de construção para início de recebimento, a Empresa apresenta na fase de construção capital circulante negativo.

A Administração visa reverter tal cenário com a captação de recursos de longo prazo para avanço da construção do ativo e início de recebimento do valor mensal de locação estabelecido em contrato.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação

de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Empresa revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações contábeis.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5. Ativos e passivos financeiros

2.5.1 Ativos Financeiro - Classificação

A partir de 1o de janeiro de 2018, a Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• **Custo amortizado**

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Empresa compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas e demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.3 Impairment

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Empresa passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5.5 Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pela Empresa a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

(i) Classificação

Até 31 de dezembro de 2017, a Empresa classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

(ii) Reconhecimento e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48.

Subsequentemente, os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorressem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda eram vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, eram incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando tivesse sido estabelecido o direito da Empresa de receber dividendos.

Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Até 31 de dezembro de 2017, a Empresa avaliava na data de cada balanço se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por impairment eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa poderia mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Passivo Financeiro - Classificação

A Empresa classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.7 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.8 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Empresa atua e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Empresa nas apurações de impostos sobre a renda e de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos pela Empresa no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Empresa, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.10 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.11 Reconhecimento da receita

As receitas da Empresa, pela tipicidade do Contrato de Locação de Ativos, são reconhecidas, na constituição do ativo financeiro. Com a execução do ativo a ser locado, utilizando-se critério do custo orçado, as receitas são reconhecidas utilizando o valor que reflete a contraprestação esperada no Contrato de Locação de Ativos. Especificamente, a receita reflete o valor presente esperado da contrapartida de locação de longo prazo estabelecida em contrato.

Na apropriação do resultado com o ativo financeiro, a Empresa utiliza os procedimentos estabelecidos pelo CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes,

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas, e demais normativos emitidos pelo CPC.

A receita deve ser mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho, e; 5) reconhecimento da receita. É apurado o percentual do custo incorrido, em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre o valor do aluguel do contrato ajustado a valor presente, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas.

Os custos orçados a incorrer da construção dos ativos são sujeitos a revisões periódicas, e como resultado destas revisões podem ocorrer alterações em suas estimativas iniciais. Os efeitos de tais revisões afetam o resultado prospectivamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação de erros.

Os juros e as variações monetárias sobre o ativo financeiro são reconhecidos como receitas de construção durante a fase de construção do ativo.

a) Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

b) Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo financeiro, onde a Empresa estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem.

2.12 Mudanças em políticas contábeis

2.18.1 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1° de janeiro de 2018

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1° de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a Empresa:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

. CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

. CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção", CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

2.18.2 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019

A seguinte nova norma apesar de já emitida não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. CPC 06(R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06(R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Empresa não efetuou estimativa sobre a adoção desta norma, pois não detinha nenhum contrato de direito de uso no encerramento do exercício de 2018.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017 <small>(não auditado)</small>
Bancos conta movimento	<u>3</u>	<u>13</u>
	<u>3</u>	<u>13</u>

SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIO LTDA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Outros ativos circulantes

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (não auditado)
Seguro Garantia	225	-
Empréstimos / Juros a Vencer (a)	500	-
	<u>725</u>	<u>-</u>

(a) Referem-se a taxas de análise de crédito do processo de financiamento da Empresa, junto ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil), os quais estão sendo custeados pela Empresa, entretanto serão incorporados na efetivação do processo de financiamento posteriormente.

5. Ativo Financeiro

a) Composição

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (não auditado)
Ativo financeiro		
Constituição do ativo financeiro	12.311	6.924
Juros sobre ativo financeiro	830	47
Atualização monetária sobre ativo financeiro	359	29
(+/-) Ajuste a valor justo do ativo financeiro - LP	58	-
	<u>13.558</u>	<u>7.000</u>

b) Movimentação do ativo financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	7.000	578
Adições (receita de construção)	5.388	6.346
Juros e atualização financeira	1.170	76
Recebimentos	-	-
Saldo final	13.558	7.000
TRAF (*)	<u>8,89% a.a.</u>	<u>8,89% a.a.</u>

(*) Taxa de remuneração do ativo financeiro

A Constituição do ativo financeiro é realizado durante o prazo de execução da infraestrutura de coleta e tratamento esgoto, reconhecida utilizando o método de percentagem completada da obra, conforme CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

A base de mensuração da constituição do ativo financeiro está prevista no contrato firmado com a CASAL Empresa de Saneamento de Alagoas, atualizado a valor justo a índice de mercado e posteriormente mantido ao custo amortizado.

Os juros são atualizados baseado na Taxa Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF estimado no início do contrato por meio de componentes interno e externos. A atualização monetária dos ativos baseia-se na variação da inflação sobre o saldo do ativo financeiro.

SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIO LTDA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Fornecedores

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (não auditado)
Fornecedores (a)	1.186	139
	1.186	139

(a) Refere-se a fornecedores contratados para a execução da obra, sendo o empreiteiro, serviços de terraplanagem e engenharia dentre outros.

7. Pessoal e encargos sociais a pagar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (não auditado)
Salários a pagar	15	-
INSS a recolher	6	31
FGTS a recolher	2	41
IRRF sobre folha a recolher	10	85
Provisões trabalhistas	65	91
	98	248

8. Encargos tributários a pagar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (não auditado)
Impostos retidos na fonte		
IRRF sobre serviços terceiros	19	46
PIS/COFINS/CSLL	59	83
ISS	17	2
INSS	63	63
	158	194
Impostos diferidos (a)		
Provisão de PIS	88	46
Provisão de COFINS	407	210
Provisão de IRPJ	1.085	560
Provisão de CSLL	390	201
	1.970	1.017
	2.128	1.211

(a) Os impostos diferidos são reconhecidos baseados na constituição do ativo financeiro, juros e atualização monetária de acordo com o regime de tributação adotado, sendo que em 2018 optou-se pelo regime de Lucro Presumido.

SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIO LTDA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2018	31/12/2017 (não auditado)
Circulante		
Parcelamento previdenciários	45	43
Parcelamento IRRF/CSRF	62	-
Total do circulante	107	43
Não Circulante		
Parcelamento previdenciários	59	103
Parcelamento IRRF/CSRF	199	-
Total do não circulante	258	103
	365	146

10. Empréstimos de terceiros

	31/12/2018	31/12/2017 (não auditado)
Construtora Brasília Guaíba Ltda (a)	607	-

(a) Refere-se a valores enviados para investimentos, no período que a Construtora Brasília Guaíba era sócia cotista da Sanema.

11. Partes relacionadas

	31/12/2018	31/12/2017 (não auditado)
Não circulante		
Conasa Infraestrutura S.A.	1.131	714
Zetta Infraestrutura e Participações S.A.	131	679
Copasa Obras e Serviços S.A	177	177
Ello Serviços, Obras e Participações Ltda	1.371	636
	2.810	2.206

Os saldos contábeis de adiantamentos para investimento de partes relacionadas são destinados a futuro aumento de capital. Cabe mencionar, que o grupo econômico não tem como prática interna a remuneração sobre estes adiantamentos, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações.

SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIO LTDA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O Capital social subscrito em 2017 que era de R\$ 13.200 (treze milhões e duzentos mil reais), no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais) cada, representado por 13.200 quotas parcialmente integralizadas, foi aumentado durante o exercício de 2018 para R\$ 36.000 (trinta e seis milhões de reais, no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais) cada, representado por 36.000 quotas. Destas, foram integralizadas 3.886 quotas. A seguir a demonstração de participação dos acionistas no encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2018:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Número de ações	%	Número de ações	%
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34.920	97,00%	12.804	97,00%
Ello Serviços, Obras e Participações Ltda	1.080	3,00%	396	3,00%
	36.000	100%	13.200	100%
Capital social integralizado	6.059		2.173	
Capital social à integralizar	29.941		11.027	

	Capital Social	
	31/12/2018	31/12/2017
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	5.877	2.108
Ello Serviços, Obras e Participações Ltda	182	65
	6.059	2.173

12.2. Reservas de lucros

O contrato social prevê que, do lucro líquido apurado no exercício, deve ser distribuído parte dele, porém, em virtude do resultado do exercício estar relacionado ao ativo financeiro, assim, o lucro foi transferido para reserva de lucros.

13. Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017 (não auditado)
Receita de Construção		
Constituição do ativo financeiro	5.387	6.924
Juros sobre ativo financeiro	782	47
Atualização monetária sobre ativo financeiro	388	29
(-) Impostos diferidos sobre ativo financeiro	(239)	(256)
	6.318	6.744

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida ao longo do período de construção, desde que todas as condições aplicáveis sejam atendidas. A receita de construção é decorrente a constituição do ativo financeiro, juntamente com os juros e atualização monetária durante o período de execução da infraestrutura de coleta e tratamento esgoto.

14. Custo dos serviços prestados

	31/12/2018	31/12/2017 (não auditado)
Custo de Construção		
Estação de tratamento de esgoto	1.613	-
Rede coletora	932	1.320
Projetos e estudos	241	98
Mão de obra	521	496
Outros custos	1	26
	3.308	1.940

De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os custos de construção relacionados ao contrato devem ser reconhecidos de forma que possam ser individualmente identificados e confiavelmente mensurados. Desta forma, o reconhecimento dos custos foi classificado de acordo com a essência do serviço e/ou material aplicado na execução da obra.

15. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2018	31/12/2017 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas		
Com pessoal	139	149
Mão de obra terceirizada pessoa jurídica	1.082	
Com serviços de terceiros	296	366
Com aluguéis e locações	147	84
Com impostos, taxas e contribuições	40	71
Outras despesas	369	84
	2.073	754

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Empresa apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro presumido, pela opção de pagamento do imposto por caixa. Porém, uma vez que a Sanema ainda não está sendo remunerada pela locação dos ativos, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a receita de construção calculada de acordo com o avanço de obras, conforme abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	IRPJ/CSLL	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita de construção	6.557	7.000
Base de Presunção	6.557	7.000
Presunção lucro (32%)	2.098	2.240
Base tributável	2.098	2.240
IRPJ e CSLL (34%)	714	762
	714	762

17. Instrumentos financeiros

17.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Empresa participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

17.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Categoria	31/12/2018		31/12/2017 (não auditado)		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
	Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	3	3	13	13
Duplicatas a receber	Custo amortizado	2	2	-	-
Ativo financeiro	Custo amortizado	13.558	13.558	7.000	7.000

17.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e as debêntures referenciadas a IGP-M, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Risco de taxas de câmbio: A Empresa não realiza operações cambiais.

(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

(c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Empresa, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

18. Seguros

A Empresa busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações baseada na avaliação de seus especialistas e corretoras.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, fazem parte do escopo de auditoria e foram auditadas. As coberturas de seguros são:

<u>Cobertura</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>
Obras civis em construção / Instalação e montagem	173.080
Manutenção ampla	50.000
Despesas extraordinárias	8.654
Despesas de desentulho	8.654
Tumultos	8.654
Danos físicos em consequência de erro de projeto para Obras	173.079
Propriedades circunvizinhas (Danos físicos) com fundação	5.000
Honorários do peritos	200
Instalações provisórias	3.000
Transporte de materiais incorporados a obra	500
Salvamento e contenção de sinistros	2.000
Obras civis em construção / Instalação aceitas	3.000

Ricardo Coifman
Diretor

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/0-1

* * *